

Eleições presidenciais de 1976: Análise do Discurso do *Jornal Novo*

Pedro Marques Gomes*
Escola Superior de Comunicação Social

Índice

Introdução	1
1 Um contexto político de transição para a democracia	2
2 Os média após o 25 de Abril	9
3 Pressupostos Metodológicos	13
4 <i>Corpus</i> de Análise	15
5 Análise Crítica do Discurso Jornalístico	16
Conclusão	31
Bibliografia	32

Introdução

O PRESENTE TRABALHO tem como objectivo analisar criticamente o discurso sobre as eleições presidenciais de 1976, produzido no *Jornal Novo*, durante o período oficial de campanha eleitoral (de 12 a 25 de Junho de 1976).

Do ponto de vista dos investigadores da análise crítica do discurso (CDA)¹, a interpretação de textos deve ser articulada dialecticamente

*pedromarquesgomes@gmail.com. Trabalho desenvolvido no âmbito do Seminário de Estudos Jornalísticos, do Mestrado em Jornalismo da ESCS-IPL.

¹ Cf. Por exemplo, Dijk (1988); Fairclough: (1995; 2003) e Chouliaraki e Fairclough (2005).

com outras facetas extra-discursivas do mundo social, isto é, com os diversos contextos em que os acontecimentos que vão ser objecto de análise se inserem.

O período entre 1974 e 1976, denominado Processo Revolucionário em Curso (PREC), foi particularmente complexo no que diz respeito à acção política portuguesa e às inúmeras transformações que se operaram em termos de meios de comunicação social. Por esse motivo, qualquer tentativa de contextualização corre o risco de ser redutora. Apresentaremos de seguida aqueles que julgamos serem os factos mais relevantes que antecedem o acontecimento em estudo e que, em nosso entender, são fundamentais para a sua compreensão.

1 Um contexto político de transição para a democracia

As eleições presidenciais de 1976 só são possíveis porque um longo caminho foi percorrido, desde o 25 de Abril de 1974. Portugal viveu, nestes dois anos, uma intensa luta em torno de projectos políticos diferentes. Como consequência, o país atravessou um percurso conturbado de sucessivos avanços e recuos políticos, económicos, militares e sociais.

Os autores que estudam o período revolucionário são praticamente unânimes quanto ao facto de os primeiros meses depois do 25 de Abril de 1974 serem dominados pela tensão política entre o Presidente da República e a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA)². Um dos primeiros atritos decorreu da recusa do Presidente António de Spínola em aceitar as personalidades propostas pela Comissão Coordenadora para o cargo de Primeiro-Ministro, acabando por escolher Adelino Palma Carlos. De seguida, os confrontos manifestaram-se devido às diferentes visões sobre a solução para o problema colonial e a transição para a democracia. Spínola defendia uma descolonização de tipo referendário e uma transição gradual e “musculada” e, para isso, necessitava de ver os seus poderes aumentados. O objectivo era, portanto, neutralizar o MFA e conseguir apoios políticos, económicos e da população em geral. A Comissão Coordenadora, por seu lado,

² Cf. Bibliografia final.

não abdicava do seu poder fiscalizador do cumprimento do programa do MFA, recusava a proposta descolonizadora Spínolista e defendia uma rápida ruptura com o passado e transição para uma “Nova Ordem”. Como pano de fundo deste confronto, uma vaga de agitação percorre todo o país, traduzindo-se não só em greves e manifestações de rua, mas também num aumento de popularidade dos maiores partidos de esquerda e o início da reestruturação da direita. Finalmente os partidos puderam deixar a clandestinidade e novos partidos puderam constituir-se.

Após a rejeição em Conselho de Estado de uma proposta de reforço de poderes do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, este último demite-se. A correlação de forças que, inicialmente, parecia ser favorável a Spínola começa progressivamente a alterar-se em favor do MFA. O Movimento ganha então vantagem na composição do II Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves.

Concomitantemente, uma união entre esquerda e MFA consegue fazer aprovar em Conselho de Estado a lei que reconhece o direito à auto-determinação dos povos colonizados. Agudizam-se, assim, os confrontos entre Comissão Coordenadora do MFA e o Presidente Spínola, sendo no entanto cada vez mais obvia a vantagem da primeira.

Crescentemente isolado no aparelho de estado e militar, os apelos de Spínola à chamada “maioria silenciosa” encontram eco em forças de direita, como o Partido Liberal e o Partido do Progresso, que avançam com a preparação de uma manifestação de apoio ao Presidente da República para o dia 28 de Setembro. Segundo António Reis “a estratégia congeminada pelos dois partidos de direita visava criar um pretexto para que Spínola declarasse o estado de sítio e assumisse finalmente plenos poderes, fortalecendo a autoridade do governo e marginalizando os comunistas e a comissão coordenadora do MFA.” Posteriormente, “provavelmente, procuraria desembaraçar-se da figura incómoda do general e substituí-la por alguém de maior confiança, como Kaulza de Arriaga” (Reis, 1993: 31).

Spínola cede à pressão do MFA e de toda a esquerda – que entretanto vedou os acessos a Lisboa – e, publicamente, rejeita a manifestação. Percebendo que a situação está fora do seu controlo, demite-se.

Uma das primeiras consequências da demissão de António de Spínola é a nomeação de Costa Gomes como Presidente da República e a

reorganização governo, novamente sob a chefia de Vasco Gonçalves (III Governo Provisório).

Encontrada a solução para a questão colonial, os graves problemas económicos que o país atravessa voltam a ser uma prioridade. É criada uma equipa - coordenada pelo ministro sem pasta Melo Antunes - para elaborar o primeiro Programa de Política Económica e Social (PPES), “um plano de índole social-democrata, em que se preconizava uma intervenção moderada do Estado, que colhia o acordo da maioria das forças políticas, bem como o apoio dos militares” (Castro, 2009: 153). Ainda assim, foram necessários três meses e algumas alterações da Assembleia do MFA para que o PPES fosse aprovado. O programa acabará, no entanto, por nunca ser aplicado dadas as mutações introduzidas pelo *11 de Março*.

A agitação provocada pela aprovação da lei que impôs a existência de apenas uma central sindical traduziu-se em manifestações por todo o país e confrontos entre as diversas forças militares e políticas. Trata-se de uma luta entre políticos “civis”, que põe de um lado do confronto o PCP – com a Intersindical e Extrema-esquerda – e do outro o PS, apoiado pelo PPD e CDS.

Paralelamente, descontentes com a perda de poder e sabendo da vontade de Spínola de voltar à Presidência e mudar o rumo do país, os sectores spinolistas aproveitam as posições estratégicas que ocupavam em quartéis dentro e fora de Lisboa para montar uma operação cujo objectivo era levar a cabo um golpe de Estado a 11 de Março de 1975. No entanto, a descoordenação dos militares e os rumores na imprensa sobre estas operações contribuíram para o falhanço do golpe. “Contrariamente às informações que lhe tinham sido fornecidas [a Spínola], o plano militar previsto era frágil e pouco conciso, não havendo sequer certezas quanto aos meios e apoios militares de que dispunham. Em poucas horas torna-se evidente o malogro do golpe, simbolicamente assinalado com a apressada fuga de Spínola para Espanha” (Rezola, 2007: 130). A consequência imediata do malogrado golpe é a institucionalização do poder militar através da criação do Conselho da Revolução (CR).

No pacto negociado, entretanto, pelo CR e pelos principais partidos políticos assume-se uma via socializante para o futuro do país e o CR é apresentado como o motor do processo revolucionário.

O período que se seguiu foi de profundas e rápidas mudanças: o CR adoptou uma política de nacionalizações de diversos sectores: bancos, seguros, electricidade, petróleo, transportes, siderurgia, etc. Acentuam-se as fracções no interior do MFA, com vantagem inicial para a fracção gonçalvista (de apoio ao primeiro-ministro). Constitui-se o IV Governo Provisório, mantendo-se o primeiro-ministro, e realizam-se as primeiras eleições livres e democráticas para eleger a Assembleia Constituinte.

As críticas lançadas sobre a actuação do PS nos incidentes do 1º de Maio e o desfecho do já citado caso do jornal *República* levam Mário Soares – aproveitando a crescente popularidade do PS, em contraste com o descrédito do poder militar – a pedir a demissão do primeiro-ministro.

Além das manifestações de descontentamento das massas, multiplicam-se as propostas sobre o tipo de revolução que se deveria prosseguir. “O MFA fica dividido em três grupos, com programas e apoios partidários distintos: *Grupo dos Nove*, liderado por Melo Antunes e próximo do PS; o *Grupo Gonçalvista*, alinhado com o PCP; e *a esquerda radical populista*, de Otelo Saraiva de Carvalho, apoiada pela extrema-esquerda. A tão apregoada unidade do MFA cai definitivamente por terra. O país era atingido por uma verdadeira epidemia de planos” (Rezola, 2007: 222).

O *Verão Quente* de 1975 fica ainda marcado pelo surgimento do *Documento Guia da Aliança Povo-MFA* e do *Documento dos Nove*, que apresentam diferentes soluções para o futuro político do país. Assim, entram em confronto directo com Costa Gomes, que ignora os documentos e chama Vasco Gonçalves para liderar o V Governo Provisório (dura pouco mais de um mês).

No VI e último Governo Provisório surge um novo primeiro-ministro: Pinheiro de Azevedo. O *Grupo dos Nove*, que havia sido afastado do CR, volta agora a ter um peso superior ao da ala Gonçalvista. O caminho político começa a trilhar-se de acordo com o Documento dos Nove. No entanto, a contestação das diversas forças políticas não deixa de aumentar, particularmente da extrema-esquerda. A “escalada da desordem”, como refere António Reis (1993: 43), traduz-se no total descrédito do governo.

Sucedem-se momentos de tensão e de uma verdadeira “psicose golpista”. Segundo Vasco Lourenço, “era necessário tomar uma medida

fora do vulgar, que caísse como uma bomba. Tudo apontava para a ruptura” (Cruzeiro, 2009: 531). O governo decide-se por algo inédito em todo o mundo: entrar em greve.

Os acontecimentos sucedem-se. À polémica decisão de passar duzentos mil pára-quedistas de Tancos à situação de licença registada, junta-se a determinação do CR de nomear Vasco Lourenço comandante da Região Militar de Lisboa, substituindo Otelo Saraiva de Carvalho. Instala-se uma crise político-militar que nos conduz a um dos mais complexos e nebulosos momentos da revolução portuguesa: o 25 de Novembro de 1975³.

Após esta complexa tentativa de golpe tornara-se urgente resolver a crise político-militar em que o país se encontrava e, sobretudo, clarificar o alcance do poder militar. A construção do socialismo, tendo por base o MFA, com a colaboração de todos os partidos foi a proposta do Conselheiro da Revolução Melo Antunes. No entanto, a Plataforma de Acordo Constitucional MFA – Partidos (Fevereiro de 1976) é revista, procedendo-se uma substancial redução dos poderes dos militares e do CR e atribui aos partidos uma maior importância. Paralelamente, as Forças Armadas são sujeitas a um processo de profunda reestruturação (missão habilmente levada a cabo por Ramalho Eanes), e são dados novos passos para a normalização democrática, nomeadamente com a aprovação da nova Constituição e a realização das primeiras eleições legislativas a 25 de Abril de 1976 (que se saldaram em nova vitória do PS). Finalmente, a 27 de Junho realizam-se as primeiras eleições presidenciais livres – por sufrágio directo e universal – das quais Ramalho Eanes⁴ sai vencedor.

Na escolha dos candidatos a grande dúvida prendeu-se com a opção

³ Cf. as diferentes teses e interpretações sobre estes momentos apresentadas por Maria Inácia Rezola (2006) *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 481-498.

⁴ **António Ramalho Eanes** entrou para o exército em 1952, seguindo a arma de Infantaria. Frequentou o Instituto Superior de Psicologia durante três anos. Combateu na Guerra Colonial, regressando a Portugal após o 25 de Abril, quando adere ao MFA. Foi director de programas e presidente do conselho de administração da RTP. Teve um papel fundamental no 25 de Novembro, ao dirigir as operações militares contra a ala radical do MFA, e na reestruturação das Forças Armadas. Foi Chefe de Estado Maior do Exército.

por um candidato militar ou civil. Mário Soares defendia que não existiam condições para haver um Presidente da República civil, sobretudo devido à grande representatividade militar na Constituição de 1976. Por isso, o PS opta por apoiar um candidato militar. O líder do PPD, Sá Carneiro, opta igualmente por dar o seu apoio a um militar, ainda que possivelmente contrariado (Telo, 2007: 184). Os dois partidos decidem então apoiar Ramalho Eanes, aos quais se sucedem inúmeros apoios públicos.

O então tenente-coronel Ramalho Eanes gozava de um elevado prestígio, devido à sua actuação no *25 de Novembro* e na reestruturação das Forças Armadas. Assim, candidata-se com inúmeros apoios, os já citados, o CDS, as Forças Armadas e outros. Pinheiro de Azevedo⁵ é outro dos candidatos, mas sem apoio de partidos. Jogando com o facto de não ter apoios partidários, particularmente do PS, promete defender “com energia os interesses do povo português.”⁶ “À falta de melhor solução e já na expectativa de um péssimo resultado eleitoral” (Telo, 2007: 185), o PCP apresenta um candidato civil, Octávio Pato.⁷ Este diz ter como objectivo “reforçar os laços do PCP com as massas trabalhadoras”⁸. No entanto, declarações de Álvaro Cunhal ao *Jornal Novo* acabam por marcar a fragilidade desta candidatura⁹. Apoiado pela FSP, MES e UDP, Otelo Saraiva de Carvalho¹⁰ justifica a sua candidatura com os pedidos

⁵ **José Pinheiro de Azevedo** entrou para a Escola Naval, em 1934, e para a Marinha, em 1937. Combateu na Guerra Colonial, sendo, em Abril de 1974, comandante dos Fuzileiros. Foi membro da Junta de Salvação Nacional, Chefe de Estado-Maior da Armada e Primeiro-Ministro do VI Governo Provisório.

⁶ Cf. *Diário de Notícias*, 4/6/76, p.3.

⁷ **Octávio Pato** ingressou na Federação da Juventude Comunista Portuguesa em 1940. Foi um dos fundadores do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD). Em 1961 é preso pela PIDE (até 1970). Foi um dos redactores do jornal *Avante!*, deputado e presidente do Grupo parlamentar do PCP na Assembleia Constituinte.

⁸ Cf. *Diário de Notícias*, 12/6/76, p.3.

⁹ Álvaro Cunhal afirma que o PCP não apoia candidatos militares, mas “sem prejuízo do apoio que possa vir a dar a um militar que venha a ser eleito Presidente da República”, *Jornal Novo*, 19/5/1976.

¹⁰ **Otelo Saraiva de Carvalho** combateu na Guerra Colonial. Foi responsável pelo sector operacional da Comissão Coordenadora do MFA, tendo dirigido as operações do 25 de Abril, a partir do posto de comando clandestino instalado no Quartel da Pontinha. Foi Comandante Adjunto (1974) e Comandante (1975) do COPCON, sendo afastado do cargo após os acontecimentos do *25 de Novembro*, em que é preso. Fez parte do Conselho da Revolução desde a sua criação.

das classes trabalhadoras, já que, segundo o próprio, candidatar-se não estava nos seus planos¹¹. Propõe-se ser, a par de Octávio Pato, um “candidato de todos os trabalhadores.”¹². À última hora, Pompílio da Cruz decide entrar na corrida, apresentando-se como candidato independente (mais tarde a sua candidatura será recusada).

O período pré-campanha eleitoral revela grande dinamismo, ao multiplicarem-se, por todo o país, as incitativas de apoio às várias candidaturas, bem como as declarações dos candidatos. São disso exemplos as afirmações de Otelo Saraiva de Carvalho no Algarve “Serei um Presidente popular em contacto diário com as massas”¹³; de Octávio Pato no Alentejo “Com a candidatura comunista abrem-se novos horizontes”¹⁴, de Pinheiro de Azevedo em declaração de princípios de campanha “Não tenho apoio de cúpulas partidárias”¹⁵ e de Ramalho Eanes ao criticar certas forças políticas “defendem hoje a Constituição mas tudo fizeram para destruí-la.”¹⁶

As inúmeras declarações e iniciativas que envolveram os candidatos levaram a uma intervenção da Comissão Nacional de Eleições contra comícios de pré-campanha, por desrespeito pelo período eleitoral definido na legislação em vigor.¹⁷

Três dias antes da abertura oficial da campanha eleitoral o jornal *Expresso*¹⁸ apresenta uma sondagem que se revelará premonitória: 84% dos inquiridos afirmam conhecer Ramalho Eanes e 33% pensam nele votar, Pinheiro de Azevedo fica com 13% das intenções de voto, Otelo com 11% e Octávio Pato com 3%. Nesta sondagem apurou-se ainda que 32% dos inquiridos preferia um candidato militar, contra 20% que preferia um candidato civil. A qualidade que os inquiridos consideraram mais importante no perfil de um Presidente da República foi a autoridade/firmeza.

A 12 de Junho inicia-se o período oficial de campanha eleitoral.

¹¹ Cf. *Diário de Notícias*, 3/6/76, p.7.

¹² Cf. *Diário de Notícias*, 5/6/76, p.6.

¹³ Cf. *Diário de Notícias*, 4/6/76, p.8.

¹⁴ Cf. *Diário de Notícias*, 7/6/76, p.7.

¹⁵ Cf. *Diário de Notícias*, 9/6/76, p.2.

¹⁶ Cf. *Diário de Notícias*, 9/6/76, p.1.

¹⁷ Cf. *Jornal Novo*, 4/6/76, p.20.

¹⁸ Cf. *Expresso*, 8/5/76, pp.7,8 e 9.

2 Os média após o 25 de Abril

No dia 25 de Abril de 1974, ainda sem certezas quanto à vitória do MFA, a maioria dos jornais já não enviou provas à Comissão de Exame Prévio.

A abolição da censura prévia confirmou-se com a referência, no Programa do MFA, à “liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma”. No entanto, a luta pelo controlo ideológico dos jornais não termina. Tal como refere a jornalista Maria Antónia Palla, os jornalistas passaram a “enfrentar a censura imposta pelo patronato, pelos chefes zelosos, pelas correntes ideológicas e pelos grupos dominantes” (2004: 22).

Foi criada uma comissão *ad-hoc* para, de acordo com o Programa do MFA, controlar os média e “salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública”. Esta comissão manteve-se em funções até à elaboração de uma lei reguladora dos meios de comunicação social.

O clima de conflitos na imprensa intensifica-se. Estava em causa a manipulação jornalística, em parte consequência do facto de as direcções dos jornais seguirem critérios partidários. Assim, a confusão entre opinião e informação acentuava-se, particularmente com o surgimento, agora legalmente, de publicações de natureza doutrinária e partidária (*Avante, Portugal Socialista*, etc.). Mário Mesquita compara a conjuntura dos órgãos de informação, neste período inicial, a “um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão. A capacidade de análise e selecção era diminuta. Confundia-se o essencial com o acessório. A informação era servida «em bruto», mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas” (1994: 363). O tom propagandístico estendia-se, portanto, à rádio e à televisão.

A 26 de Fevereiro de 1975 é aprovada a Lei de Imprensa, com algumas diferenças em relação ao projecto-lei¹⁹ e após seis meses de negociações. Esta lei, que extinguiu a comissão *ad-hoc*, estendeu-se à televisão e a rádio na ausência de legislação mais apropriada.

A Lei da Imprensa introduziu múltiplas novidades no sistema me-

¹⁹ Cf. *O Século Ilustrado*, 15/02/75, pp. 1 - 6.

diático nacional. Entre as características desta lei, destacamos o direito ao sigilo profissional, o direito a fundar empresas jornalísticas sem autorização, o estabelecimento de regimes de acesso às fontes de informação, a criação de conselhos de redacção e do Conselho de Imprensa, além, obviamente, da liberdade de expressão.

A política de nacionalizações, que no ponto anterior já referimos, estendeu-se naturalmente aos principais jornais portugueses, o que veio proporcionar uma luta ainda mais feroz pelo controlo da linha editorial desses meios de comunicação. Verificou-se, então, na em alguns dos principais jornais portugueses uma orientação no sentido da ala *Gonçalvista*. Do ponto de vista económico, a situação da imprensa agravou-se e nem os novos administradores foram capazes de resolver esse problema.

Os meses de Maio e Junho ficarão marcados por dois dos acontecimentos mais polémicos do universo mediático português: o caso *República* e o caso *Renascença*. No jornal *República*, depois do 11 de Março e da demissão dos jornalistas afectos ao Partido Comunista, acentuou-se uma linha editorial de tendência socialista. No entanto, os trabalhadores não jornalistas (próximos do PCP e da extrema-esquerda) mantiveram-se no jornal, o que originou tensões ideológicas no ceio do jornal.

As acusações de servilismo aos interesses do PS viriam a culminar numa exigência, por parte destes trabalhadores, de demissão do director e chefes de redacção. Perante a oposição dos jornalistas e a recusa da direcção em demitir-se é posto à venda, no dia 19 de Maio, uma edição do jornal sem o consentimento da direcção e redacção. No mesmo dia, o PS organiza uma manifestação em frente à sede do *República*. Depois do encerramento do jornal, inicia-se um amplo debate sobre a liberdade da comunicação social e sobre o desrespeito da ainda recente Lei de Imprensa. Apesar de o CR determinar, a 6 de Junho, a reabertura do *República* com a mesma administração e jornalistas, o COPCON viola essa decisão ao permitir o regresso dos trabalhadores não jornalistas ao jornal. O *República* volta às bancas com uma nova direcção e redacção (mais próxima da extrema-esquerda), contribuindo para a crise política que se instalara no país.

Os problemas em torno da *Rádio Renascença* iniciam-se, sobretudo, devido ao facto de esta ser dominada na delegação do Porto pelo Epis-

copado e na delegação de Lisboa por uma comissão de trabalhadores com ligações à extrema-esquerda. O Patriarcado de Lisboa pretendia a devolução total da rádio à Igreja, situação com a qual o Governo concordou, uma vez que também desejava silenciar este mecanismo de propaganda da esquerda revolucionária. Mais uma vez, o COPCON, sob influência da extrema-esquerda, tentou impedir que a decisão do Governo fosse aplicada.

Seguiram-se momentos de grande tensão, provocados, por um lado, pelo Partido Comunista e pela comissão de trabalhadores, ao movimentarem milhares de pessoas contra a decisão do Governo e, por outro lado, pela Igreja, com manifestações contra o PCP. Num clima de constantes provocações contra o poder constituído, a decisão tomada pelo primeiro-ministro - destruir os emissores da rádio – foi mais um passo para os acontecimentos de 28 de Novembro.

Durante o «Verão Quente» de 1975 a imprensa e os seus leitores viveram uma relação complicada. O povo manifestava o seu descontentamento em relação às notícias que considerava manipuladas. Por isso, tornou-se frequente a queima de jornais.²⁰ Neste conturbado período foram ainda propostos dois projectos que tentaram impor aos média formas de repressão. A Lei da Censura Militar, que nunca chegou a ser aplicada, “proibia os jornalistas de veicularem quaisquer informações, comunicados ou tomadas de posição de elementos das Forças Armadas, excepto se fossem veiculados por elementos do Conselho da Revolução” (Mesquita, 1994: 381). Para tal, estava previsto um mecanismo de sanções administrativas.

Em Agosto o *Jornal Novo*²¹ denunciava um “grave atentado à liberdade de informação em Portugal.” O projecto de decreto-lei elaborado pelo ministro Correia Jesuíno, que nem sequer chegou a ser discutido em Conselho de Ministros, tinha como objectivo a “criação de instrumentos revolucionários que permitam uma resposta aos atentados à liberdade e às atitudes contra-revolucionárias” por considerar que a Lei de Imprensa não era eficaz. Para tal, seria criada uma Comissão de Análise dos Meios de Comunicação Social constituída por militares nomeados pelo CR com o poder de aplicar penas de multa e sanções.

“Os meios de informação em Portugal encontram-se numa aparente

²⁰ O *Jornal Novo* chegou a ser queimado no Barreiro (Mesquita, 1994: 378).

²¹ Cf. *Jornal Novo*, 5/08/75, pp.1,10,11 e 12.

anarquia: os jornais do Estado, a Rádio, a Televisão, desenvolvem uma propaganda feroz contra o Governo, e, mesmo, contra as estruturas do Estado. Penso que devemos manter a liberdade de imprensa, a todo o custo, mas que o Estado também deve poder fazer-se ouvir. Caso contrário, as pessoas têm a impressão de viver num país em plena delinquência e serão incapazes de se opor a um ataque político bem conduzido”,²² é assim que o ministro Melo Antunes sintetiza o panorama da comunicação social nacional, em Novembro de 1975. Continuava a predominar a influência do PC sobre os média.

O *Jornal Novo*, que nascera a 17 de Abril de 1975, foi uma das poucas excepções ao controlo do PCP. De tendência socialista, próximo da ala moderada do MFA e do *Grupo dos Nove*, este jornal começou por ter na direcção Artur Portela Filho, passando, em Fevereiro de 76, a ser dirigido por Daniel Proença de Carvalho. O combate ao governo feito pelo jornal (um dos mais populares) traduziu-se em inúmeras críticas das forças afectas ao governo. A administração do jornal também “manifestou descontentamento pela orientação que o jornal estava a seguir” (Lemos, 2006: 406), o que conduziu ao encerramento temporário do jornal. Quando regressa, em Fevereiro de 76, José Morais Cabral, presidente do Conselho de Administração, escreve um artigo em que afirma: “O *Jornal Novo* prosseguirá com o seu programa de apoio vigoroso à iniciativa privada e sua intransigente defesa; crítica rigorosa ao processo governativo, análise vigilante à actividade dos demais organismos instituídos pela Constituição” (Lemos, 2006: 407).

Em Março de 1976, a Constituição integra quatro artigos relacionados com a comunicação social, que reafirmam a defesa da liberdade de informação. Torna-se claro, como refere Mário Mesquita, “o esforço, quase obsessivo, para esconjurar os fantasmas censórios do antigo regime e as novas censuras que os «desvios» da Revolução, interpretada pelas Forças Armadas, traziam no bojo” (1994: 383).

A cobertura das eleições presidenciais de 1976 é, pois, inserida no contexto dos média nacionais e nas linhas traçadas pelo *Jornal Novo*, que aqui expusemos de forma sintética.

²² Cf. Entrevista concedida ao *Nouvel Observateur* transcrita no *Jornal Novo* de 24/11/1975.

3 Pressupostos Metodológicos

Este trabalho tem por base o padrão teórico-científico seguido pelo movimento dos Estudos Culturais. Entre as inovações deste movimento, surgido no final dos anos 60 na Universidade de Birmingham, encontra-se a redefinição do conceito de cultura. Embora se mantenha como um conceito revestido de uma grande complexidade e de difícil definição, segundo um dos investigadores fundadores dos Estudos Culturais Raymond Williams, cultura é o resultado da vida quotidiana, que expressa significados e valores, não só na arte e na aprendizagem, mas também nas instituições e no comportamento vulgar e universal (2001: 57). Assim, a noção de cultura deve ser entendida como parte integrante da sociedade, assumindo, portanto, que as sociedades têm bases diferentes umas das outras.

Acresce-se à referida definição de cultura, outros conceitos indissociáveis da Análise Crítica do Discurso e que estão pressupostos na análise a que nos propomos fazer sobre a campanha eleitoral de 1976. Por esse motivo, consideramos essencial apresentar definições dos mesmos, ainda que bastante sintetizadas. Referimo-nos aos conceitos de ideologia, discurso e poder.

Assume-se que os média, ao elaborarem os seus discursos sobre determinados acontecimentos, produzem ideologias. Da mesma forma, é praticamente unânime a ideia de que estes podem também contestar as ideologias dominantes. Do ponto de vista dos Estudos Culturais, “os significados em que os eventos e os objectos são construídos são sempre socialmente orientados – alinhados com a classe, raça e outros interesses” (Hartley, 2002: 106). Contrariando o pensamento Marxista sobre o conceito de ideologia, para o qual este seria o pensamento irracional produzido pela classe dominante (imposto sobre a maioria do povo), John Hartley sustenta que a ideologia “é vista como uma prática de reproduzir relações sociais de desigualdades dentro da esfera de significação e discurso” (2002: 103-104). Assim, rejeita-se a noção de ideologia como um conjunto de ideias, para ser considerada como uma prática.

De uma forma genérica podemos definir discurso como sendo “o processo social de fazer e reproduzir sentido (s)” (Hartley, 2002: 73). O discurso é, neste sentido, o material verbal que veicula a história que

queremos contar. Michel Foucault afirma que a produção de discurso numa sociedade é "simultaneamente controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhes os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade"(1971: 2). Os estudos de Michel Foucault demonstraram ainda que o conceito de discurso pode representar tanto uma realidade específica como mais geral e revelam, sobretudo, que o discurso facilita o exercício de poder.

Assumindo que o uso da língua tem poder, este traduz-se, por exemplo, na capacidade que um grupo social dominante tem de formar as crenças e os valores de uma sociedade. O uso da língua produz, assim, instrumentos de controlo, embora não necessariamente coercivos. Este conceito de poder está associado à ideia de hegemonia, defendida por Gramsci. Para este autor, hegemonia é o processo de formação de consenso através do qual o governo ou determinadas culturas impõem domínio. Assim, a formação de consenso está, sobretudo, ligada a sociedades em que a "aprovação das massas populares é necessária para garantir a ascendência de uma tendência particular e em que a "reforma" exige um processo amplo e complexo de luta, domínio, compromisso e transformação para remodelar a sociedade para novas metas e propósitos" (Hall *et. al.*, 1996: 36).

Tendo em conta estes conceitos inerentes à produção de discurso jornalístico, podemos dizer que nele estão contidas de forma explícita ou implícita diversas orientações. O discurso jornalístico revela a bagagem cultural do seu autor, sendo improvável que um jornalista se consiga afastar dessa carga subjectiva no processo de elaboração de um artigo jornalístico, daí que encaremos a ideia de objectividade jornalística como um mito. Como observa Michael Schudson, a objectividade jornalística "tornou-se um ideal no jornalismo precisamente quando a impossibilidade de ultrapassar a subjectividade começou a ser vista como inevitável" (1978: 157).

Importa ainda referir, para concluir, que a análise que nos propomos apresentar neste trabalho insere-se no domínio da textualidade crítica, uma vez que pressupõe o acto de interpretação do leitor em si, isto é, tem em consideração a ligação do texto com os diversos factores (sociais, históricos, culturais, etc.) em que esse texto se insere. Assim, o tipo de análise que iremos realizar é de carácter multifuncional, pois pretende

“desconstruir” e interpretar os textos no que diz respeito às suas funções ideacionais, interpessoais e textuais.

4 *Corpus de Análise*

Como já tivemos oportunidade de referir no início deste trabalho, analisámos o discurso sobre as eleições presidenciais de 1976, produzido no *Jornal Novo*, durante o período oficial de campanha eleitoral. Este período está legalmente instituído e inicia-se 14 dias antes do dia marcado para as eleições, terminando às 24 horas da antevéspera desse mesmo dia. Assim, a nossa análise situa-se entre 12 e 25 de Junho de 1976, incluindo um total de 11 jornais (36 artigos).

Na nossa análise incluímos todos os géneros jornalísticos, excepto os artigos de opinião. José Rebelo defende que “nenhum dos géneros existe em estado puro, ou seja, a maior parte dos textos jornalísticos integra características próprias de diferentes «géneros». Caberá ao analista determinar, em cada caso, qual o «género» dominante” (2000: 118). É, pois, tendo esta consciência que apenas diferenciamos um estilo predominantemente informativo de um estilo opinativo, este mais associado à partilha de ideias e de juízos de valor do autor do texto. Faremos também uma breve análise das imagens que acompanham os textos jornalísticos, excluindo apenas as fotomontagens.

Antes de procedermos à análise crítica do discurso jornalístico, importa apresentar alguns dados recolhidos *a priori*. No quadro 1 mostramos qual é o protagonista principal de cada artigo, isto é, aquele que é mencionado no título e *lead* do respectivo artigo.

Quadro 1 – Protagonista principal

Candidato	Nº de notícias
Ramalho Eanes	13
Pinheiro de Azevedo	8
Octávio Pato	4
Otelo S. de Carvalho	5
Presidenciais em geral	6
Total	36

Nota: não inclui artigos de opinião

No quadro 2 revelamos o número de referências que foram feitas ao nome de cada candidato nas capas do jornal.

Quadro 2 – Referências na capa

Candidato	Nº de referências
Ramalho Eanes	7
Pinheiro de Azevedo	6
Octávio Pato	1
Otelo S. de Carvalho	3
Nº total de capas analisadas	11

5 Análise Crítica do Discurso Jornalístico

Ramalho Eanes – a mitificação de um candidato

O artigo que marca o início da campanha oficial de Ramalho Eanes (a visita do candidato à sua terra natal)²³ foi construído com base numa ordem discursiva de índole familiar, materializada, por exemplo, na utilização de expressões como “na pequena vila onde nasceu”, “em mangas de camisa”, “um beijo a uma parente” e “o filho do canteiro”, cujo objectivo é a criação de uma relação de empatia com o leitor. De facto,

²³ “Que o vosso voto seja a afirmação da vossa liberdade”, *Jornal Novo*, 14/6/1976, p.8.

ao longo do artigo jornalístico deparamo-nos com a construção de uma imagem que aproxima o candidato do povo, uma demonstração das origens humildes de Ramalho Eanes. Estamos, portanto, perante o recurso à analepse, um recuo ao passado do candidato como estratégia discursiva de mitificação do candidato²⁴.

Ramalho Eanes, nesta notícia, é a personificação do herói do povo, aquele que, apesar das suas origens humildes (“filho do canteiro”) luta para chegar ao poder com o objectivo de defender o seu povo. Tendo em mente a definição de Charles Peirce de um signo icónico²⁵, podemos afirmar que este candidato representa, por analogia, o povo.

O elevado grau de narratividade do discurso, cujo efeito é a criação de um sentido de identificação com o leitor, visível, por exemplo, no encadeamento e na descrição da história do acontecimento, que permite ao leitor situar-se no percurso que vai sendo feito pelo candidato, cria a sensação de que o leitor está, ainda que indirectamente, a participar na acção. O leitor passa a fazer parte de uma comunidade identitária. Assim, ao longo do texto são frequentes referências ao tempo e ao espaço em que decorre o acontecimento (“em Alcains”, “em Castelo Branco”, “nessa mesma manhã”). Este efeito de aproximação ao leitor é igualmente conseguido através do recurso a uma modalidade afectiva²⁶, utilizando adjectivos, como “origem humilde”, “tímido e comovido”, “serenamente falou aos seus conterrâneos”, “o candidato da boa esperança”, que salientam a integridade e o carácter do candidato, encarando-o como uma promessa para o futuro do país.

Verificamos, ao longo desta notícia, um tom de deferência eclético, pois tanto são utilizadas formas de tratamento que denotam um certo elitismo em relação ao candidato, como formas de tratamento de índole familiar, que o aproximam do povo (“foi simplesmente e de novo, António” e “o alcaiense”). Estamos, portanto, perante uma notícia com uma forte personalização do candidato.

²⁴ Para Roland Barthes, o mito apropria-se de algo, dando-lhe uma nova significação. Embora seja intencional, o mito faz-se passar por algo natural, daí ser uma linguagem puramente ideológica. Cf. Barthes (1988).

²⁵ Para Charles S. Peirce, “qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, será um Ícone de algo, na medida em que é semelhante a esse algo e usado como signo dele” (Peirce, 1972: 101).

²⁶ Cf. os diferentes tipos de modalidade apresentados por Norman Fairclough (2003: 164-173)

A notícia é, na sua maioria, constituída com citações do discurso de Ramalho Eanes, que ajudam a fortalecer a personalização do candidato e reafirmam o seu carácter (por exemplo, “não afirmo que sou filho do povo para demagógicamente o influenciar. Sou-o de facto. E vós sabeis.”). A outra voz da notícia, no que confere ao recurso a citações, é dada por Maria de Lurdes Belchior. Apresentada como “senhora professora”, que ofereceu “uma magnífica lição com um rigor e uma riqueza de imagens que teve o efeito de uma brisa refrescante”, a imagem transmitida de credibilidade de Maria de Lurdes Belchior e as suas afirmações surgem como um reforço do que vem sido demonstrado ao longo do discurso, isto é, salientam o carácter do candidato. Ao mesmo tempo, transmite a ideia de que o candidato não é apenas apreciado pelas classes inferiores, mas também por outras. Esta ideia é confirmada pela referência, ainda que sem citações, a várias personalidades que discursaram ou que estiveram presentes para demonstrar o seu apoio ao candidato (António Paulouro, Rui Oliveira, Alfredo de Sousa e Magalhães Godinho). Estamos perante citações ilustrativas de uma forte polifonia de vozes, que têm em comum a autoridade de pessoas de um elevado *status quo*, contribuindo fortemente para a acreditação da candidatura. O objectivo principal da nomeação destas personalidades é criar consenso em torno da candidatura do general Ramalho Eanes. A obtenção de consenso, segundo Antonio Gramsci²⁷, é determinante como estratégia de aquisição e/ou manutenção de poder, por contraste com a utilização da força, como já anteriormente referimos neste trabalho. Neste sentido, é possível relacionar este discurso com um tipo de argumentação, na definição de Aristóteles, do domínio do *pathos*, isto é, com a finalidade de criar emoções na audiência e de a tornar mais receptiva à posição do orador.

No que diz respeito às restantes notícias em que o foco principal é a candidatura de Ramalho Eanes verificamos a continuação das referências a personalidades que apoiam o candidato (Fernando Lima, Jorge Miranda, Raul Solnado e Sottomayor Cardia²⁸), em alguns casos recor-

²⁷ Sobre a relação entre hegemonia e consenso defendida por Gramsci cf., por exemplo, Hall *et. al.* (1996: 35-37), Fairclough (2003: 45-46) e Richardson (2007: 37-38).

²⁸ “O PCP não me ataca porque sabe que sei muitas coisas”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, p.8.

rendo a citações (por exemplo, de Alberto Arons de Carvalho²⁹ e de Marcelo Curto³⁰), bem como referências a apoios de franjas da sociedade, como os retornados³¹. Existem ainda entrevistas realizadas a personalidades da vida política portuguesa, que reafirmam o apoio a Ramalho Eanes. São disso exemplos as entrevistas que são realizadas a Francisco Sá Carneiro³², Mário Soares³³ e Diogo Freitas do Amaral³⁴. Verifica-se assim que, ao longo das várias notícias publicadas, esta multiplicidade de vozes que assumem apoiar Ramalho Eanes contribuem para a criação e principalmente para a manutenção da ideia de consenso em torno da sua campanha, que já referimos em relação à primeira notícia analisada.

O apelo à emoção, que simultaneamente apresenta Ramalho Eanes como o herói popular e a figura pela qual todos esperam (não só nos comícios, mas, fundamentalmente, para o futuro do país), é mantido ao longo da cobertura eleitoral. Tal é confirmado pela forma como são descritos os momentos anteriores à chegada do general aos locais de campanha: “a impaciência popular para ouvir Eanes”, “a multidão que aguardava Eanes”³⁵, “recebido com muito entusiasmo”³⁶.

A forte carga emotiva, que se verifica ao longo dos artigos que abordam a campanha eleitoral de Ramalho Eanes, está também presente nas imagens que acompanham os textos jornalísticos. Assim, o candidato surge, frequentemente, integrado no meio da população (ainda que, como seria espectável, não se verifique uma multidão de apoiantes), o que reforça a ideia de herói do povo, que lhe é associada. A linguagem gestual de Ramalho Eanes a saudar a população é compaginada com a linguagem gestual do público, que se traduz em aplausos e ovação. Par-

²⁹ “Desmentida crise no PS devido a apoio a Eanes”, *Jornal Novo*, 16/6/1976, p. 16.

³⁰ “Eanes representa a salvação da democracia”, *Jornal Novo*, 19/6/1976, p. 5.

³¹ “Retornados apoiam Ramalho Eanes”, *Jornal Novo*, 19/6/1976, p. 6.

³² “Ramalho Eanes vai ganhar na primeira volta”, *Jornal Novo*, 24/6/1976, p. 10-11.

³³ “É bom que os socialistas combatam os comunistas no seu próprio terreno sem fazerem anti-comunismo”, *Jornal Novo*, 25/6/1976, p. 12.

³⁴ “Próximo Governo deveria ser ampla coligação PS-PPD-CDS”, *Jornal Novo*, 25/6/1976, p. 13.

³⁵ “O PCP não me ataca porque sabe que sei muitas coisas”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, p.8.

³⁶ “Vai tocar a trabalhar...”, *Jornal Novo*, 22/6/1976, p.20.

alelamente, as fotografias em que o candidato se apresenta ao lado da sua esposa reforçam a imagem de homem de família, também presente nos textos jornalísticos. São disso exemplo as seguintes imagens:



Jornal Novo, 14/6/1976, p. 9.



Jornal Novo, 14/6/1976, p. 9.



Jornal Novo, 14/6/1976, p.8.



Jornal Novo, 18/6/1976, p.1.

Quando o candidato começa a adoptar um discurso de ataque em relação às outras candidaturas, nota-se uma valorização desse ataque em benefício de Ramalho Eanes, desde logo pelo conjunto de citações do seu discurso que são integradas nas notícias (por exemplo: “O PCP não me ataca porque sabe que sei muitas coisas”³⁷ e “os revolucionários que roçam os rabos das calças pelos cafés e que dispõem de tempo e de dinheiro têm razão para estar aflitos, pois vai tocar a trabalhar e eles vão tocar a trabalhar também”³⁸). No entanto, este efeito torna-se evidente

³⁷ “O PCP não me ataca porque sabe que sei muitas coisas”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, p.8.

³⁸ “Vai tocar a trabalhar...”, *Jornal Novo*, 22/6/1976, p.20.

através da adjectivação que é usada. A representação feita de Ramalho Eanes é a de um homem forte (para isso contribuem as referências ao facto de ser militar), que luta ferozmente pelos seus ideais e contra aqueles (os outros candidatos) que não defendem a evolução e progresso do país: “Eanes atacou violentamente”³⁹ “Eanes «abriu fogo»”, “o ataque em jeito de defesa contra outros candidatos”, “Eanes mostrou-se implacável”, “prometeu não poupar ninguém que pretenda opor-se à marcha para a democracia e para a liberdade do povo português”⁴⁰. Estes exemplos de domínio lexical⁴¹, cujo mapa de palavras é baseado num discurso iterativo do mesmo campo semântico, reafirmam a personalização do candidato, ao qual é associada uma imagem de força, vigor e determinação.

Tal como iremos verificar mais à frente na análise da campanha de Otelo Saraiva de Carvalho, as notícias sobre Ramalho Eanes reflectem alguns incidentes que ocorreram durante acções de campanha. Os artigos sobre estes incidentes apresentam um elevado grau de narratividade e uma forte carga dicotómica, privilegiando, em nosso entender, a candidatura de Ramalho Eanes em detrimento da de Otelo:

“Um carro, um sistema sonoro, contorna a praça fazendo propaganda do comício que principiará dentro de minutos. O grupo à sombra, cada vez mais numeroso, insulta os ocupantes do automóvel. Do outro lado da praça, ao sol, começam a reunir-se algumas pessoas com autocolantes de Eanes. Quando os dois grupos já são bastante numerosos, surge a GNR com duas viaturas (...) A «espiga» ocorreu poucos minutos depois entre elementos da «sombra» e do «sol», pois os do «sol» pediam um pouco de respeito pelas opiniões dos outros e os da «sombra» achavam que gritar «Otelo» num comício de Eanes era algo perfeitamente democrático.”⁴²

³⁹ “Vai tocar a trabalhar...”, *Jornal Novo*, 22/6/1976, p.20.

⁴⁰ “O fascismo morreu neste país... e não ressuscitará!”, *Jornal Novo*, 25/6/1976, p.10.

⁴¹ Sobre análise lexical cf. por exemplo, Richardson (2007: 46-49)

⁴² “Manifestantes Pró-Otelo originam cenas de violência”, *Jornal Novo*, 18/6/1976, p. 9.

Octávio Pato – uma candidatura por oposição

As notícias em que o ângulo principal é a candidatura de Octávio Pato evidenciam a predominância de um recurso a uma dicotomização lexical, traduzida numa sucessão de artigos que abordam o mesmo tema – a campanha eleitoral – através de campos antagónicos. Assim, é recorrente a presença de referências à candidatura de Octávio Pato por oposição às restantes. A representação de dois lados opostos é feita no discurso jornalístico, mas também, e principalmente, através do discurso do candidato, o que faz com que, no discurso da sua campanha, esteja bem presente um tom crítico e acusatório em relação às outras personalidades que estão na corrida para a presidência da República. Verificamos a referência a estes campos antagónicos, por exemplo, nas seguintes construções frásicas: “Octávio Pato, afirmou que «a principal ameaça vem da direita»”, “Octávio Pato fez, cremos nós, o discurso mais violento a respeito de alguns outros candidatos”, “classificou Otelo de «revolucionário de fresca data»”⁴³, “Ainda atacando a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, Octávio Pato referiria. . .”⁴⁴ e “Octávio Pato foi especialmente aplaudido ao falar sobre o que chamou de contradições entre as forças que propuseram a candidatura de Raimundo Eanes”⁴⁵. Assim, Octávio Pato representa a figura de opositor em relação aos outros candidatos.

Se a presença de um tom crítico no discurso de Octávio Pato, no que diz respeito a referências a outras campanhas, é elevada, verificamos também um reforço desta força elocutória no discurso através de outra individualidade, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal: “Que fique bem claro, duma vez para sempre que o PCP não apoiará um Governo de direita, mesmo que constituído por socialistas com o apoio do PPD. Pelo contrário: se ele se formar organizará a luta contra a sua política”⁴⁶. A referenciação de outras vozes sobre a campanha comunista é, de resto, reduzida. Além do já citado Álvaro Cunhal, é referenciada a figura de Carlos Costa⁴⁷, membro do Comité Central do PCP

⁴³ “O verdadeiro perigo vem da direita”, *Jornal Novo*, 18/6/1976, p. 12.

⁴⁴ “Pato: «Combater o sectarismo esquerdista»”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, p.8 – 9.

⁴⁵ “Uma campanha sem ataques pessoais”, *Jornal Novo*, 25/6/1976, p. 11.

⁴⁶ “Uma campanha sem ataques pessoais”, *Jornal Novo*, 25/6/1976, p.11.

⁴⁷ “Pato: «Combater o sectarismo esquerdista»”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, p.8 – 9.

(embora sem recurso a citações do próprio), o apoio do PRT⁴⁸, e um grupo de militantes do PCP não identificados, estes sim, exprimindo confiança na vitória do candidato (“Apostamos o que quiser como o Pato terá muito mais votos que o major Otelo”⁴⁹). Esta fraca presença de apoiantes nos artigos poderá ser consequência da fragilidade desta candidatura, de que já demos conta na breve contextualização que fizemos anteriormente.

Ao contrário do que se notou na análise de artigos em que o candidato Ramalho Eanes era a figura central, verificamos no discurso produzido sobre Octávio Pato pouca personalização do candidato. A tónica é posta sobre a valorização da posição de Octávio Pato na corrida eleitoral, nos apelos que faz ao voto, bem como na sua análise sobre a campanha, em detrimento de informações sobre a sua personalidade. Tal é visível no próprio discurso do candidato, que é frequentemente citado (“existe o perigo de o sentido de votação popular de 25 de Abril não ser respeitado”⁵⁰, “foi grande a adesão operária à nossa candidatura em todo o país, até mesmo no norte, em zonas onde a reacção pensava que poderia reinar”, “iremos às urnas e faremos um esforço para alargar as acções de esclarecimento”)⁵¹, bem como no discurso jornalístico (“na sua intervenção, reconhecendo a importância do cargo de Presidente da República e dos poderes que a Constituição lhe confere”⁵², “falou mais uma vez sobre a necessidade da formação de um Governo de esquerda”⁵³). Assim, estamos perante um discurso que privilegia a argumentação em detrimento da emoção.

Salienta-se ainda no discurso jornalístico sobre a campanha de Octávio Pato o uso consistente de processos mentais evidenciados através dos verbos *criticar*, *afirmar*, *sublinhar* e *atacar*, que parecem contribuir para a credibilização da candidatura. Ao mesmo tempo, acentuam a diferença de pontos de vista e de atitudes de Octávio Pato relativamente às políticas propostas pelos outros candidatos. Alia-se a estes recursos

⁴⁸ “Pinheiro de Azevedo: o primeiro na TV. Ramalho Eanes: o primeiro na rádio” *Jornal Novo*, 12/6/1976, p. 16.

⁴⁹ “Pato: «Combater o sectarismo esquerdista»”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, p.8 – 9.

⁵⁰ “Pato: «Combater o sectarismo esquerdista»”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, pp.8 – 9.

⁵¹ “PCP não desiste e vota Pato na 2ª volta”, *Jornal Novo*, 23/6/1976, p. 6.

⁵² “O verdadeiro perigo vem da direita”, *Jornal Novo*, 18/6/1976, p. 12.

⁵³ “Uma campanha sem ataques pessoais”, *Jornal Novo*, 25/6/1976, p.11.

a utilização de uma modalidade assertiva, baseada em frases de carácter afirmativo, como “há que combater os factores de divisão e particularmente a demagogia, o aventureirismo e o sectarismo esquerdista”⁵⁴ e “por ser uma candidatura civil, está a contribuir, mais do que qualquer outra, para a unidade dos próprios militares”⁵⁵. Note-se que estes exemplos de modalidade assertiva estão presentes em citações do discurso de Octávio Pato, o que nos leva a crer que estas citações são utilizadas para distanciar o jornalista daquilo que está a narrar.

Nas imagens sobre a campanha de Octávio Pato é possível visualizar os locais onde foram realizados alguns comícios, bem como a população que apoia o candidato. No entanto, existe uma imagem que se distancia das demais. Nessa imagem Octávio Pato surge ao lado de Álvaro Cunhal, mas este último no plano principal, o que revela a ênfase dada à importância do secretário-geral do PCP, enquanto ideólogo e líder do partido, mas também como apoiante do candidato presidencial comunista, o que já havia sido salientado no texto jornalístico. Tal é verificável nas seguintes imagens:



Jornal Novo, 25/6/1976, p. 11.

Jornal Novo, 18/6/1976, p. 12.

⁵⁴ “Pato: «Combater o sectarismo esquerdista»”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, pp.8 – 9.

⁵⁵ “PCP não desiste e vota Pato na 2ª volta”, *Jornal Novo*, 23/6/1976, p. 6.

Pinheiro de Azevedo – uma candidatura popular

O discurso jornalístico sobre a candidatura de Pinheiro de Azevedo no período oficial de campanha eleitoral divide-se em dois momentos: o período anterior ao ataque cardíaco que o candidato sofreu e o período posterior.

Verificamos, num primeiro momento do discurso sobre Pinheiro de Azevedo, o uso recorrente de uma modalidade apreciativa, que se traduz na adjectivação da forma como o candidato faz campanha e se aproxima das pessoas (“com o seu acostumado à vontade”, “demonstrou as características de inovação e originalidade da sua campanha”⁵⁶) e também na produção de juízos de valor (“com notável capacidade de apertar todas as mãos que se lhe estendem”⁵⁷). Assim, a ênfase da campanha é posta nas características populares do candidato, com o objectivo de aproximá-lo do leitor e também de o tornar um candidato das massas populares.

Ao longo da campanha de Pinheiro de Azevedo são recorrentes as suas deslocações a fábricas e os discursos dirigidos a operários. O candidato aproxima-se da classe baixa, na tentativa de ser-lhe associada a imagem do defensor dos mais “desprotegidos” e aquele que dá atenção ao povo. O discurso jornalístico, através da utilização de vocábulos que realçam o carácter protector do candidato (por exemplo, *preocupar* e *prometer*) parece reforçar essa ideia: “no contacto que faz com o público, Pinheiro de Azevedo tem tido, até agora, a preocupação de responder às pessoas que o interrogam”, “esta tónica seria retomada noutras fábricas que visitou e a quem prometeu, no caso de ser eleito, “ordem, segurança, autoridade e disciplina”⁵⁸, “Pinheiro de Azevedo começa a ser, em alguns aspectos, um caso sério de popularidade, identificado com o retrato do povo anónimo, vivendo as suas dificuldades e pequenas alegrias”⁵⁹.

Efectivamente, o discurso jornalístico sobre a campanha de Pinheiro de Azevedo transmite a ideia de que este é um candidato no meio da população, um candidato genuíno, personalizando a alegria de estar em

⁵⁶ “Os partidos querem viver à custa das FA”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, pp. 8-9.

⁵⁷ “Os partidos querem viver à custa das FA” *Jornal Novo*, 21/6/1976, pp. 8-9.

⁵⁸ “Campanha oficial contra a abstenção”, *Jornal Novo*, 19/6/1976, p. 8.

⁵⁹ “Os partidos querem viver à custa das FA”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, pp. 8-9.

campanha com o povo. Exemplos disso são as expressões “salientando principalmente o carinho com que foi recebido pelas populações”⁶⁰, “entre sorrisos e palmadinhas nas costas”, “Pinheiro de Azevedo confraternizou, num estabelecimento comercial”⁶¹ e “o cartaz que Videla lhe «ofereceu» à entrada «Queremos pão, água e Azevedo»”⁶².

No entanto, encontramos também referências, em citações, à forma como o candidato faz campanha eleitoral: “mostrou-se tal como é”, “Pinheiro de Azevedo é igual a si próprio, quer converse com pescadores, quer com diplomatas”, neste caso extraídas do período reservado na Radiodifusão Portuguesa para as campanhas. Note-se que esta forte referência ao apoio popular poderá estar relacionada com o facto de Pinheiro de Azevedo ser o único candidato sem apoios partidários, facto que serviu, em nossa opinião, de bandeira da sua candidatura.⁶³ Na tentativa de credibilizar a candidatura, é feita referência, novamente recorrendo a citações, ao facto de Pinheiro de Azevedo ser primeiro-ministro de Portugal e manter-se em funções durante a campanha eleitoral (“mantém-se no posto onde continuava a assegurar a estabilidade política que garantirá, uma vez mais, a realização de eleições”⁶⁴).

A ideia de uma candidatura popular associada a Pinheiro de Azevedo constata-se, também, nas imagens que acompanham os textos jornalísticos. O candidato apresenta-se frequentemente a sorrir e a cumprimentar a população. Apesar de serem utilizados planos predominantemente fechados, o que faz com que a câmara não capte muitas pessoas, é possível compreender que Pinheiro de Azevedo se encontra rodeado de apoiantes (notam-se alguns rostos nas imagens). A título de exemplo, veja-se as seguintes imagens:

⁶⁰ “Eanes e Pato nas Ilhas”, *Jornal Novo*, 15/6/1976, p.16.

⁶¹ “Os partidos querem viver à custa das FA”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, pp. 8-9.

⁶² “Os partidos querem viver à custa das FA”, *Jornal Novo*, 21/6/1976, pp. 8-9.

⁶³ “Eanes e Pato nas Ilhas”, *Jornal Novo*, 15/6/1976, p.16.

⁶⁴ “Eanes e Pato nas Ilhas”, *Jornal Novo*, 15/6/1976, p.16.



Jornal Novo, 21/6/1976, p. 8.

Jornal Novo, 24/6/1976, p. 9.

É ainda relevante referir uma notícia⁶⁵, que inclui outra voz política sobre a candidatura de Pinheiro de Azevedo, em que o *Jornal Novo* é acusado (por Pinheiro Farinha, ministro da justiça) de tratamento discriminatório das candidaturas presidenciais, em benefício da de Ramalho Eanes. A resposta do jornal à acusação é dada com uma grande carga humorística:

“(...) Julgamos que o queixoso dr. Pinheiro Farinha não ignora estes princípios jurídicos, não fora ele um insigne jurisconsulto com crédito e tradição nesse ramo da ciência, acusador e juiz ilustre de vários tribunais. Mas, diz o povo que a paixão é cega. E, nesse caso, o dr. Pinheiro terá agido, não como juiz, nem como ministro. Apenas como par de Pinheiro de Azevedo. Por isso lhe desculpamos já a injustiça.”

O segundo período do discurso jornalístico sobre a candidatura de Pinheiro de Azevedo (a partir do momento em que o candidato sofre um ataque cardíaco) é naturalmente marcado por uma ordem do discurso médico-legal. Por um lado, é revelado o estado clínico do candidato e os procedimentos médicos tomados (“paragem cárdio-respiratória”, “manobras de ressuscitação cardíaca”⁶⁶), por outro, explica-se o facto de a doença do candidato não interferir com as eleições (“a doença do

⁶⁵ “Pinheiro Farinha acusa «Jornal Novo»”, *Jornal Novo*, 16/6/1976, p. 7.

⁶⁶ “Pinheiro de Azevedo hospitalizado no Porto”, *Jornal Novo*, 23/6/1976, p. 16.

almirante Pinheiro de Azevedo não afecta o acto eleitoral de domingo”⁶⁷ e “a campanha permanece inalterável”⁶⁸). São veiculadas as opiniões dos restantes candidatos, bem como dos partidos sobre a doença de Pinheiro de Azevedo: mostram-se solidários, apesar das divergências políticas⁶⁹. Estamos, portanto, perante um acto elocutório de cariz informativo sobre a doença do candidato e o que a rodeia. Este imprevisto da fase final das eleições presidenciais marcou, de acordo com o *Jornal Novo*, o discurso dos candidatos: “veio certamente dar um tom mais moderado, menos «quente», aos ataques mútuos entre os candidatos que todos nós já estávamos a nos acostumar”⁷⁰.

Otelo Saraiva de Carvalho – o recurso à História de Portugal

O discurso sobre o candidato Otelo Saraiva de Carvalho revela, desde logo, uma forte configuração metafórica. Efectivamente, verificamos a associação do candidato a locais míticos (“em Grândola, sob a palavra de ordem «o povo é quem mais ordena»”⁷¹) e símbolos (“cravo vermelho na mão”⁷²) de determinados acontecimentos (a revolução de 25 de Abril de 1974, a luta pela liberdade, etc.), cujo objectivo é dar ênfase ao papel desempenhado por Otelo Saraiva de Carvalho nesses mesmos acontecimentos e, assim, elevar o grau de emotividade do discurso. Otelo apresenta-se como “homem do 25 de Abril”⁷³ e é a imagem de um homem comprometido com o passado do seu país, que é transmitida no discurso dos artigos, por exemplo, através de citações do candidato, que fazem alusão a uma das músicas que foram a chave do 25 de Abril (“Escolhi Grândola, a vila morena”⁷⁴) e a frases populares (“há aqui um exemplo que temos que levar a Portugal inteiro: O POVO É QUEM MAIS ORDENA!”⁷⁵).

⁶⁷ “Pinheiro de Azevedo hospitalizado no Porto”, *Jornal Novo*, 23/6/1976, p. 16.

⁶⁸ “Comissão de apoio a Azevedo admite alocução do candidato ao país até domingo próximo”, *Jornal Novo*, 25/6/1976, p. 24.

⁶⁹ “Mantém-se o «prognóstico reservado» Pinheiro de Azevedo recuperou a consciência”, *Jornal Novo*, 24/6/1976, p. 9.

⁷⁰ “A campanha esfriou mas não morreu”, *Jornal Novo*, 24/6/1976, p. 20.

⁷¹ “Erros na execução de reforma agrária”, *Jornal Novo*, 14/6/1975, p. 10.

⁷² “Comissão de apoio defende-se e ataca”, *Jornal Novo*, 18/6/1975, p. 12.

⁷³ “Erros na execução de reforma agrária”, *Jornal Novo*, 14/6/1975, p. 10.

⁷⁴ “Erros na execução de reforma agrária”, *Jornal Novo*, 14/6/1975, p. 10.

⁷⁵ “Erros na execução de reforma agrária”, *Jornal Novo*, 14/6/1975, p. 10.

Efectivamente, a referência a outros textos – como o programa do MFA – e a datas marcantes da História recente do país – como o 25 de Abril, o 28 de Setembro, o 11 de Março – remetem o leitor para um passado heróico extremamente recente, com o objectivo de enfatizar as conquistas que foram conseguidas nessas datas e criar empatia, por exemplo, com o operariado, classe à qual abundantemente se dirige como sendo determinante nos momentos referidos.

O motivo pelo qual Otelo justificou a sua candidatura – apelos dos trabalhadores⁷⁶ – é amplamente explorado na sua campanha. Assim, é frequente, no discurso jornalístico, a repetição de palavras do mesmo campo semântico, com o objectivo de tornar o discurso mais dramático e emotivo: “a luta pelos trabalhadores do mar em prol de melhores condições de vida”⁷⁷, “apelou para a (*sic*) unidade dos trabalhadores”⁷⁸ e “depois de realçar a necessidade da completa união dos trabalhadores”⁷⁹. Ao longo dos artigos torna-se, assim, evidente a associação do candidato à ideia de luta pela igualdade e pela defesa dos direitos do povo, particularmente dos trabalhadores da classe baixa (“Otelo uma vez mais centralizou a sua intervenção num apelo à unidade entre todos os trabalhadores, independentemente das opções partidárias que os dividem”⁸⁰ e “O candidato do “poder popular”⁸¹). Assim, do ponto de vista discursivo, a candidatura de Otelo é inserida num padrão de índole marxista, com base na evocação da luta de classes e na defesa da constituição de uma sociedade mais justa e igualitária. A figura do candidato acaba por se diluir nas premissas do discurso ideológico que a sustenta, bem como na carga simbólica que envolve toda a candidatura.

A campanha de Otelo Saraiva de Carvalho e, inevitavelmente, o discurso produzido sobre ela ficaram também marcados pelos incidentes violentos que ocorreram em algumas localidades por onde o candidato passou. O vocabulário utilizado na descrição destes acontecimentos revela uma forte carga dramática, nomeadamente através da exploração de alguns detalhes:

⁷⁶ Cf. pp. 6-7 deste trabalho: “Um contexto de Transição para a democracia”.

⁷⁷ “Comissão de apoio defende-se e ataca”, *Jornal Novo*, 18/6/1975, p. 12.

⁷⁸ “Campanha oficial contra a abstenção”, *Jornal Novo*, 19/6/1976, p. 8.

⁷⁹ “Eanes e Pato nas Ilhas”, *Jornal Novo*, 15/6/1976, p.16

⁸⁰ “Governos da Madeira e Açores colaborantes com o regresso do fascismo”, *Jornal Novo*, 21/6/1976 – p.9.

⁸¹ “Estarei na segunda volta juntamente com Eanes”, *Jornal Novo*, 25/6/1976, p.11.

“Todas as agressões incidiram fundamentalmente num dos veículos onde era suposto encontrar-se Otelo e que apenas por mera coincidência se não encontrava. O pára-brisas do carro foi estilhaçado e uma bala encontra-se alojada num dos assentos estando a proceder-se a averiguações. Um elemento da segurança pessoal de Otelo, que havia defendido com a sua própria vida, o vidro da traseira cai no chão quando o carro se retira com muita velocidade. É este elemento que, posteriormente, será detido por se ter verificado que era militar em regime de licença registada”⁸².

Em nosso entender, o grau de narratividade relativamente elevado presente na descrição destes acontecimentos parece contribuir para uma vitimização do candidato e assim, possivelmente, angariar uma base maior de apoio.

É ainda pertinente referir o tom acusatório da candidatura de Otelo em relação ao candidato Ramalho Eanes. Verifica-se o recurso a uma dicotomização lexical, baseada na sucessão de artigos que fazem referência a campos antagónicos, os dois candidatos, sobre o mesmo tema, a campanha eleitoral. Encontramos esta dicotomização lexical, por exemplo, nas expressões: “[Otelo] acusou Eanes de “homem carrancudo, de óculos escuros, que reprime os nossos filhos na tropa e aumenta o custo de vida”, “As intervenções dos diversos oradores centraram-se num ataque cerrado, sonso e agressivo, ao general Eanes, entre gritos”⁸³, “Como vem sendo hábito, a sua intervenção não passou de um ataque cerrado à candidatura de Eanes”⁸⁴ e “o chefe de Estado-Maior do Exército foi apresentado, no mínimo, como um ameaçador nazi”⁸⁵. A agressividade da linguagem, igualmente presente nestes exemplos, contribui para a radicalização do discurso, em que se tenta distanciar o candidato que se auto-proclama defensor do povo de um outro candidato, Ramalho Eanes.

No que diz respeito às imagens que acompanham os textos sobre a campanha de Otelo notamos uma predominância de planos fecha-

⁸² “Comissão de apoio defende-se e ataca”, *Jornal Novo*, 18/6/1975, p. 12.

⁸³ “Comissão de apoio defende-se e ataca”, *Jornal Novo*, 18/6/1975, p. 12

⁸⁴ “Campanha oficial contra a abstenção”, *Jornal Novo*, 19/6/1976, p. 8.

⁸⁵ “Comissão de apoio defende-se e ataca”, *Jornal Novo*, 18/6/1975, p. 12.

dos, em que o que é posto em evidência é, sobretudo, a figura do candidato. Assim, nessas imagens não é possível ter a percepção do tipo de apoiantes da candidatura, nem do seu público-alvo, uma vez que a audiência está ausente das mesmas. Tal é verificável, a título de exemplo, nas seguintes imagens.



Jornal Novo, 25/6/1976, p. 11.

Jornal Novo, 18/6/1976, p. 1.

Conclusão

São várias as ideias a destacar da análise que efectuámos. Destacamos as que consideramos mais relevantes.

São notórias as diferenças do discurso produzido sobre as várias campanhas. Assim, o discurso sobre Ramalho Eanes revela um elevado grau de personalização do candidato, com frequente recurso a vocabulário de índole familiar, bem como a uma polifonia de vozes. O objectivo, como tivemos oportunidade de referir, prende-se com a criação de uma ideia de consenso em torno da candidatura de Ramalho Eanes. O candidato é a personificação da figura de herói do povo e isso é notório, igualmente, nas imagens que acompanham os textos jornalísticos.

O discurso sobre Octávio Pato é marcado pela frequente referência à sua candidatura por oposição às restantes, por um tom predominantemente crítico e pela fraca personalização do candidato, privilegiando, por isso, a argumentação política.

Os artigos sobre Pinheiro de Azevedo, do ponto de vista discursivo, parecem privilegiar a discrição do comportamento do candidato

em campanha e a sua aproximação ao povo. A ideia de que esta é uma candidatura popular é transmitida não só através dos artigos jornalísticos, mas também das imagens que os ilustram. Existe igualmente uma personalização assinalável do candidato, ainda que este não seja alvo de uma heroicização como a de Ramalho Eanes. Depois de o candidato sofrer um ataque cardíaco, o discurso torna-se predominantemente de cariz médico-legal.

No discurso sobre Otelo Saraiva de Carvalho torna-se relevante o recurso a configurações metafóricas e a referência a momentos importantes da História recente do país, como forma de valorizar o papel do candidato nessas datas. Salienta-se ainda o tom acusatório em relação ao candidato Ramalho Eanes, bem como o grau de narratividade relativamente elevado da descrição de incidentes violentos que ocorreram durante a campanha.

Bibliografia

- BARTHES, Roland (1988) *Mitologias*, Lisboa: Edições 70.
- CASTRO, R. Sousa e (2009) *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, Lisboa: Guerra e Paz.
- CHOULIARAKI, Lilie e FAIRCLOUGH, Norman (2005) *Discourse in Late Modernity*, Edinburgh: Edinburgh University Press.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2009) *Vasco Lourenço – do Interior da Revolução*, Lisboa: Âncora.
- DIJK, Teun van (1988), *News as Discourse*, Hillsdale: LAE.
- FAIRCLOUGH, Norman (1995) *Media Discourse*, London: Arnold.
- FAIRCLOUGH, Norman (2003) *Analysing Discourse*, London: Routledge.
- FOUCAULT, Michel (1971) *L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*, Paris: Éditions Gallimard (Tradução de Edmundo Cordeiro e António Bento, disponível em: <http://www.scribd.com/doc/2520353/Michel-Foucault-A-Ordem-do-Discurso>).

- HALL, et. al. (eds.) (1996), *Culture, Media, Language*, Birmingham: Routledge in association with the Centre for Contemporary Cultural Studies University of Birmingham.
- HARTLEY, John (2002), *Communication, Cultural and Media Studies*. The Key Concepts, London: Routledge.
- LEMOS, Mário (2006) *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra: Ariadne Editora.
- MESQUITA, Mário (1994) “Os Meios de Comunicação Social”, In: *Portugal 20 Anos de Democracia*, dir. António Reis, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 361-405.
- PALLA, Maria Antónia (2004) “A Liberdade de Imprensa após o 25 de Abril”, In: *O Jornalismo Português. Passado Presente e Futuro*, dir. Álvaro Costa Matos, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp.22- 33.
- PEIRCE, Charles Sanders (1972) *Semiótica e Filosofia*, São Paulo: Cultrix.
- REBELO, José (2000) *O Discurso do Jornal*, Lisboa: Editorial Notícias.
- REIS, António (1993) “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização”, In: *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, vol.6, Lisboa: Publicações Alfa, pp. 13-62.
- REZOLA, Maria Inácia (2006) *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- REZOLA, Maria Inácia (2007) *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa: A Esfera dos Livros.
- RICHARDSON, John E. (2007), *Analyzing Newspapers*, London: Palgrave MacMillan.
- SCHUDSON, Michael (1978), *Discovering the News – A Social History of American Newspapers*, New York: Basic Books.

TELO, José António (2007) *História Contemporânea Portuguesa – Do 25 de Abril à Actualidade*, Vol.1, Lisboa: Editorial Presença.

WILLIAMS, Raymond (2001), *The Long Revolution*, Hertfordshire: Encore Editions from Broadview Press.